A ELABORAÇÃO DO *ETHOS* E A ESTRATÉGIA DE PATEMIZAÇÃO NA NOTA DE RETRATAÇÃO

THE ELABORATION OF THE ETHOS AND THE PATEMIZATION STRATEGY IN THE RETRACTION NOTE

LA ELABORACIÓN DEL ETHOS Y LA ESTRATEGIA DE PATEMIZACIÓN EN LA NOTA DE RETRACTACIÓN

Douglas do Carmo Araújo[1]
Ilana da Silva Rebello[2]

RESUMO
Tendo como base a Teoria Semiolinguística de Análise do Discurso, este artigo tem por objetivo mostrar como ocorre a elaboração do *ethos* na nota de retratação pública, bem como quais estratégias de patemização são mobilizadas pelo sujeito da linguagem nesse contrato discursivo para obter a adesão de seus interlocutores. O presente trabalho tem caráter qualitativo, visto que analisa e descreve uma nota de retratação pública de um desembargador do Estado de São Paulo, que tentou se valer do seu cargo e do seu poder de influência, com a expressão "então leia bem com quem o senhor está se metendo", para obter a vantagem de não ser multado por não cumprir uma determinação legal do Município de Santos (usar máscara em espaço público, em um dado período pandêmico). A partir da análise, é possível perceber que o sujeito comunicante da nota de retratação elabora seu *ethos,* a fim de alcançar êxito em sua encenação discursiva, o que o faz plausivelmente, assim como suscita estratégias patêmicas para fazer seus interlocutores, por meio da emoção, aderirem a seu discurso, que serviu ao seu propósito: demonstrá-lo arrependido para a opinião pública.
Palavras-chave: e*thos*; *pathos*; nota de retratação.

ABSTRACT
Based on the Semiolinguistic Theory of Discourse Analysis, this article aims to show how ethos is elaborated in the public retraction note, as well as which patemization strategies are mobilized by the language subject in this discursive contract to obtain the adherence of the interlocutors. The present work has a qualitative nature, since it analyzes and describes a judge's retraction from the state of São Paulo, who tried to use his position and his power of influence, with the expression "so read well with whom you are dealing with", to obtain the advantage of not being fined for not complying with a legal determination of the municipality of Santos (wearing a mask in public spaces, in a given pandemic period). From the analysis, it is possible to perceive that the communicating subject of the retraction note elaborates his ethos in order to achieve success in his discursive staging, which he does so plausibly, as well as promotes pathological strategies to make his interlocutors, through emotion, adhere to his speech, which served to his purpose: to show him sorry to the public opinion.
Keywords: *ethos*; p*athos*; retraction note.

RESUMEN
Basado en la Teoría Semiolingüística del Análisis del Discurso, este artículo tiene como objetivo mostrar cómo se produce la elaboración del ethos en la nota de retractación pública, así como qué estrategias de patemización son movilizadas por el sujeto del lenguaje en este contrato discursivo para obtener la adhesión de su interlocutores. Este trabajo tiene un carácter cualitativo, ya que analiza y describe una nota pública de retractación de un juez del estado de São Paulo, que intentó aprovecharse de su cargo y de su poder de influencia, con la expresión "então leia bem com quem o senhor está se metendo" (Entonces mira bien con quienes te estás involucrando), para obtener la ventaja de no ser multado por no cumplir con una determinación legal del Municipio de Santos (uso de mascarilla en espacios públicos, en un período pandémico determinado). Del análisis se desprende que el sujeto que comunica la nota de retractación elabora su ethos para lograr el éxito en su puesta en escena discursiva, lo cual lo hace de manera plausible, además de plantear estrategias patemizantes para que sus interlocutores, por la emoción, se adhieran a su discurso, que cumplió su objetivo: demostrar su arrepentimiento a la opinión pública.
PALABRAS CLAVE: ethos; pathos; nota de retractación.

[1] Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil. Orcid: 0009-0005-0796-5125.
[2] Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil. Orcid: 0000-0002-3032-604X.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Vou-me embora pra Pasárgada
Lá sou amigo do rei
Lá tenho a mulher que eu quero
na cama que escolherei
Vou-me embora pra Pasárgada
(Bandeira, 1998, p. 48)

No poema "Vou-me embora pra Pasárgada", Manuel Bandeira apresenta um eu-lírico que é amigo do rei, podendo assim ter privilégios e agir da forma que desejar (Coimbra, 2012). Ir pra Pasárgada, lugar em que se é amigo do rei, no caso do poema, é um escapismo, uma forma de fugir de uma realidade indesejada para uma em que se possui regalias.

No entanto, fora da abstração que a literatura pode proporcionar, "ser amigo do rei" não é uma expressão nova, pois vincula-se ao imaginário social construído ao longo da história e constantemente se faz presente nos discursos relacionados à impunidade, em que o "amigo do rei" é dotado de privilégios, enquanto os demais são desfavorecidos.

No Brasil, o sistema político administrativo atual não é uma realeza, logo, não existe a figura do "amigo do rei", ao menos, com esses termos, visto que, hoje em dia, as figuras de autoridade estão diluídas em várias esferas de poder, como sob a figura de supervisor, chefe, gerente, político, juiz, desembargador, por exemplo.

À vista disso, a harmonia entre as relações socias ocorre quando as hierarquias são reconhecidas, e quando isso não acontece, por consideradas vezes, chegamos à expressão "sabe com quem está falando?" e as suas variantes, amplamente estudadas pelo antropólogo Roberto DaMatta (1990), sobretudo nas encenações discursivas em que o locutor: a) sente sua autoridade ameaçada (ou diminuída) e enseja impor, de forma cabal, seu poder; b) percebe no seu interlocutor uma possibilidade de inferiorizá-lo em relação ao seu status social ou o interlocutor, de uma forma ou de outra, é percebido como ameaça ao cargo que ocupa.

Contudo, a expressão "sabe com quem está falando?", normalmente, é acionada em situação de conflito, na qual o sujeito que a usa acredita possuir determinado poder, mas que não é reconhecido pelo interlocutor. É um dito, por vezes, intimidador, que, no entanto, pode proporcionar condição de felicidade ao seu locutor, mesmo sob o risco de fazê-lo passar por alguém arrogante. Esse dito e suas variações são moeda corrente na sociedade brasileira. Sem prestígio, tornam-se alvo de problematização, sobretudo, quando ganham repercussão midiática, ao serem usados como subterfúgio para se obter privilégios injustificados.

A partir dessa reflexão, surge este artigo, visto que se propõe a analisar uma nota de retratação de um desembargador do Estado de São Paulo, que tentou se valer do seu cargo e do seu poder de influência, com a expressão "então leia bem com quem o senhor está se metendo"[3], para obter a vantagem de não ser multado por não cumprir uma determinação legal do Município de Santos (usar máscara em espaço público, em um dado período pandêmico).

Assim, tendo como base a Teoria Semiolinguística de Análise do Discurso, este artigo tem por objetivo mostrar como ocorre a elaboração do *ethos* na nota de retratação pública, bem como quais estratégias de patemização são mobilizadas pelo sujeito da linguagem nesse contrato discursivo, a fim de obter a adesão de seus interlocutores.

O presente trabalho tem caráter qualitativo, visto que analisa e descreve a nota de retratação pública do desembargador do Estado de São Paulo, Eduardo Almeida Prado Rocha de Siqueira, que, em julho de 2020, humilhou um guarda municipal, no litoral de São Paulo.

Para tanto, na primeira seção, abordaremos alguns conceitos da Teoria Semiolinguística de Análise do Discurso proposta por Patrick Charaudeau; na segunda seção, discorremos sobre as noções de e*thos* e *pathos* na perspectiva dos Estudos da Linguagem; enquanto, na seção terceira, explicitaremos o contexto situacional em que a nota de retratação pública foi produzida. A análise dos dados ficará a cargo da quarta seção, seguida pelas considerações finais na quinta seção e, por último, as referências bibliográficas.

TEORIA SEMIOLINGUÍSTICA DE ANÁLISE DO DISCURSO

Na Teoria Semiolinguística de Análise do Discurso (doravante, chamaremos de TSAD), Patrick Charaudeau defende que, em todo ato comunicativo, existe um sujeito que quer agir sobre seu interlocutor e, a fim de alcançar condição de felicidade em sua empreitada comunicativa, usa estratégias discursivas.

Nessa ação, segundo Charaudeau (2015a), o sujeito da linguagem vale-se do processo de **semiotização do mundo**, que se subdivide em duas partes: a) **processo de transformação**, em que o sujeito significa um acontecimento bruto, mobilizando categorias linguísticas (de **identificação, qualificação, causação** e **modalização**) para materializá-lo e; b) **processo de transação**, em que o resultado do primeiro processo torna-se objeto de troca entre os sujeitos, observando, no entanto, os princípios de **alteridade, influência, pertinência**

[3]https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/12/16/stj-autoriza-abertura-de-inquerito-para-apurar-caso-de-desembargador-que-humilhou-guarda.ghtml. Acesso em: 14 de abril de 2024.

e regulação. Ainda para o autor (2015a, p. 41), "o sentido se constrói ao término desses dois processos", que, no dinamismo das práticas linguageiras, são interdependentes e solidários na construção de sentido, visto que o primeiro processo ocorre de forma que contemple o segundo.

Sob esses postulados, evidencia-se que a fala do sujeito encontra-se em uma *mise en scène* em que as necessidades, motivações e experiências dos sujeitos são suscitadas.

Assim, é importante salientar que as práticas linguageiras são consideradas de forma contextualizada na TSAD, bem como estão vinculadas a um contrato comunicativo que comporta restrições, ou seja, limitações convencionadas socialmente quanto ao conteúdo e à forma do uso da língua, bem como liberdades, espaço propício para uso das estratégias discursivas, com vistas à adesão do interlocutor, permitindo, dessa forma, a individualização do sujeito. A esse respeito, Charaudeau (2015b, p. 51) postula que, "quando falamos, somos constrangidos pelas normas e convenções da linguagem que partilhamos com o grupo, e livres – ainda que relativamente – para proceder a um discurso que nos caracteriza de forma exclusiva, permitindo nossa individualização."

É no espaço da individualização (das liberdades do contrato comunicativo) que o sujeito da linguagem mobiliza estratégias discursivas, a fim de agir sobre o destinatário. Nesse sentido, o sujeito pode utilizar, por exemplo, elementos patêmicos (Charaudeau, 2010), visando à adesão do auditório, como, também, a construção do *ethos*, visando à elaboração da sua imagem a partir do seu discurso (Amossy, 2014), assunto que abordaremos na próxima seção.

ETHOS E *PATHOS* NA PERSPECTIVA DOS ESTUDOS DA LINGUAGEM

Entendendo que o *ethos* é a imagem que o sujeito constrói de si em seu discurso, na TSAD, Charaudeau (2015b, p. 116) defende que o *ethos* é o resultado da fusão da identidade discursiva, que é "construída pelo sujeito falante para responder à questão: Estou aqui para falar como?" (Charaudeau, 2009), com a identidade social, reconhecida socialmente, já que

> o sujeito aparece, portanto, ao olhar do outro, com uma identidade psicológica e social que lhe é atribuída, e, ao mesmo tempo, mostra-se mediante a identidade discursiva que ele constrói para si. O sentido veiculado por nossas palavras depende ao mesmo tempo daquilo que somos e daquilo que dizemos. O ethos é o resultado dessa dupla identidade, mas ele termina por se fundir em uma única. (Charaudeau, 2015b, p. 115).

Assim, entendendo que as identidades discursiva e social fusionam-se no *ethos* (Charaudeau, 2015b), o autor vai de encontro ao que defende Maingueneau (2015), que, por sua vez, admite a existência de um *ethos* prévio ou pré-discursivo, relacionado à imagem do orador pautada na sua identificação social, e um *ethos* discursivo, criada no e a partir do discurso, podendo ser dito ou mostrado.

Quanto à possibilidade da existência de um *ethos* coletivo, Charaudeau (2015b) justifica sua existência devido ao *ethos* estar relacionado à percepção das representações sociais que tendem a essencializar uma visão tanto a respeito de indivíduos quanto de grupos. Para o autor, "o ethos coletivo corresponde a uma visão global, mas à diferença do ethos singular, ele é construído apenas pela atribuição apriorística de uma identidade que emana de uma opinião coletiva em relação a um outro grupo (Charaudeau, 2015b, p. 117)."

Isto posto, em sua obra **Discurso político**, Charaudeau (2015b) detalha como ocorre a construção dos *ethé* de credibilidade e dos *ethé* de identificação: a primeira precisa atender às condições de **sinceridade**, **performance** e **eficácia** por meio da constituição de um *ethos* sério, virtuoso e competente (2015b), enquanto a segunda é complexa e heterogênea, podendo ser revelada a partir do *ethos* de potência, caráter, inteligência, humanidade, chefe e solidariedade. Vejamos a seguir o quadro de conceitos dos *ethé* de credibilidade:

QUADRO 1 - *Ethos* dos *ethé* de credibilidade

		CONCEITOS
OS *ETHÉ* DE CREDIBILIDADE	***Ethos de Sério***	Depende das representações de cada grupo social; é construído com a ajuda de índices corporais e mímicos: certa rigidez na postura do corpo, uma expressão raramente sorridente na face e de índices que revelam capacidade de autocontrole diante das críticas, sangue-frio diante da adversidade. O sujeito deve demonstrar, então, grande energia e capacidade de trabalho, onipresença em todas as linhas de frente da vida política e social. Deve usar tom firme e comedido, sem muitos efeitos oratórios, sem "frases de efeito".
	Ethos de Virtude	Busca revelar sinceridade e fidelidade, a que se deve acrescentar uma imagem de honestidade pessoal. O sujeito deve demonstrar retidão, sinceridade, transparência (nada ter a esconder), lealdade e capacidade de reconhecer a validade do julgamento do outro e mesmo dos seus próprios erros.
	Ethos de competência	Revela que o sujeito possui conhecimento profundo de certa atividade, mas deve igualmente provar que tem os meios, o poder e a experiência necessários para realizar completamente seus objetivos, obtendo resultados positivos. Verifica-se a evocação de histórias de vida que apresentem informações sobre herança, estudos, funções exercidas e experiência adquirida do sujeito.

Fonte: Criação dos autores, a partir de Charaudeau (2015b).

Por sua vez, vejamos, também, a seguir, o quadro de conceitos dos *ethé* de identificação:

QUADRO 2 - *Ethos* do *ethé* de identificação

		CONCEITOS
OS *ETHÉ* DE IDENTIFICAÇÃO	***Ethos* de potência**	É visto como uma energia física que impulsiona os corpos na ação. Ele remete-nos à imagem de uma força contra a qual não se pode grande coisa. Por meio da ação, o sujeito revestido desse *ethos* mostra-se ativo, presente em todas as frontes, mas de maneira coordenada, quase militar ou esportiva. Liga-se à figura da força da natureza, da virilidade sexual, da determinação em agir, capaz de proezas físicas e pessoais.
	***Ethos* de caráter**	Trata-se mais da força do espírito que do corpo, como quando se diz que alguém "tem caráter". A desaprovação que brada, critica e indigna-se ao exprimir-se aos "berros". Liga-se à figura da força tranquila, do controle de si, da coragem, do orgulho, da firmeza e da moderação.
	***Ethos* de inteligência**	Provoca a admiração e o respeito dos indivíduos por aquele que demonstra tê-lo e, assim, os faz aderir a ele. Pode ser indicado pela "malícia", que é positiva, quando demonstra sutileza e habilidade do sujeito, e negativa, quando revela sua simulação moral. Além disso, esse *ethos* depende da demonstração do capital cultural adquirido pelo mundo intelectual ou pela sua simulação.
	***Ethos* de humanidade**	É um imaginário que surge quando o sujeito demonstra sentimentos e compaixão para com aqueles que sofrem e, também, revela-se capaz de confessar fraquezas e gostos, até os mais íntimos. Liga-se à figura da confissão, fraqueza, intimidade, por vezes, retratada pelo humor e pela caricatura na mídia.
	***Ethos* de "chefe"**	É uma construção de si para que o outro adira, siga, identifique-se a este ser apresentado supostamente por um outro si mesmo idealizado. Liga-se à figura de guia (guia-pastor, guia-profeta e guia-soberano), de soberano, de comandante e de autoridade-humana.
	***Ethos* de "solidariedade"**	Vincula-se à imagem de alguém atento às necessidades dos outros, que se preocupa com aqueles que se encontram ameaçados. Liga-se à figura de quem sabe ouvir, compreender e agir a partir disso.

Fonte: Criação dos autores, a partir de Charaudeau (2015b).

Além dos quadros apresentados, Charaudeau (2015b) chama a nossa atenção para o discurso de justificação, igualmente vinculado à credibilidade dos sujeitos, visto que

> a justificação não é propriamente uma confissão, mas ela acaba reforçando a ideia de que efetivamente foram cometidos uma falta, um erro, uma infração. Acusado, criticado, o político encontra-se diante de um dilema, pois não se justificar pode levar a crer que não há defesa possível para a acusação, mas justificar-se faz pairar sobre ele a sombra da dúvida ou da incerteza. (Charaudeau, 2015b, p. 126)

Assim, justificar, dentro das estratégias discursivas, tem a função de atenuar uma culpa, o que pode ser produtivo para o sujeito da linguagem, pois o auxilia na construção do *ethos* de virtude, na criação da imagem de alguém sincero e capaz de reconhecer seus próprios erros.

No entanto, a justificação pode ser uma faca de dois gumes, como postula Charaudeau (2015b), uma vez que, dependendo do argumento utilizado, pode transmitir a ideia de incompetência. Assim, para que possa preservar a sua imagem, de acordo com Charaudeau (*Op. cit*.), o sujeito pode utilizar algumas estratégias, a saber: justificativa pela **negação**, por **razão superior** e pela **não intencionalidade**.

A **negação** consiste em rejeitar o erro, em contestar a acusação e declará-la nula e improcedente, o que significaria que não há o que justificar (Charaudeau, 2015b). Na justificativa por **razão superior**, alega-se a necessidade de conservar a integridade de um território, quando a intenção era criar um sentimento de solidariedade coletiva em torno do chefe (Charaudeau, 2015b).

Na justificação pela **não intencionalidade**, mostra-se que o erro não era desejado pelo seu autor, ao mesmo tempo que o reconhece. Dessa forma, segundo Charaudeau (2015b), aquele que justifica pode alegar **inocência**, **ignorância**, as **circunstâncias** ou a **responsabilidade coletiva**. Vale ressaltar que o discurso de justificação é uma das tópicas da nota de retratação, é uma estratégia de (re)construção de um *ethos* de credibilidade, como veremos na análise.

No que tange ao *pathos*, Charaudeau (2010) ocupou-se de abordar os estudos da emoção pelo viés da análise do discurso, substituindo o termo emoção por patemização. A esse respeito, o autor postula que

> (...) persuadir um auditório consiste em produzir nele sentimentos que o predispõe a partilhar o ponto de vista do orador. O sentimento não deve ser confundido com sua expressão (mesmo se esta puder desempenhar um papel determinado), será considerado como um efeito possível que poderá suscitar uma determinada ativação do discurso junto a um determinado público, em uma dada circunstância (Charaudeau, 2007, p. 242).

Dessa forma, Charaudeau (2010) enfatiza que, para o tratamento dos efeitos de *pathos*, deve-se levar em consideração o fato de que ele é: a) de **ordem intencional**, visto que é racionalizado, a fim de propiciar ao sujeito o alcance do seu objetivo, a partir daquilo que a emoção visada representa para si; b) está ligado a **saberes de crença**, uma vez que se baseia em conhecimentos e julgamentos subjetivos e; c) se inscreve em uma problemática

da **representação psicossocial**, que, por corresponder a estados mentais intencionais que se apoiam em crenças, sustenta-se nas representações sociodiscursivas.

Dito isso, segundo Charaudeau (2010), o efeito patêmico pode surgir de discurso explícito, bem como de discurso implícito, a partir de marcas discursivas que tendem a suscitar a emoção do sujeito, seja de forma direta ou indireta, por meio de:

a) palavras que descrevem de maneira transparente emoções como “raiva”, “angústia”, “horror”, “indignação” etc.;

b) palavras que não descrevem as emoções, mas são tidas como boas candidatas ao seu desencadeamento, como as palavras “assassinato”, “conspiração”, “vítimas”, “manifestação”, "assassino”;

c) enunciados que não comportam palavras patemizantes, mas são susceptíveis de produzir efeitos patêmicos, dependendo da situação de enunciação, como em “Basta! gritavam as pessoas vítimas do milésimo bombardeamento da sua cidade”, que nos remete à intensificação do sofrimento, da dor e da perda.

De igual forma, sabendo que a patemização pode ser tratada discursivamente como categoria de efeito que se opõe a outros efeitos como o cognitivo, o pragmático e o axiológico, Charaudeau (2010) versa que os estudos de seus efeitos dependem (i) da condição do **dispositivo comunicativo**, que predispõe ao surgimento de efeitos patêmicos; (ii) do **campo temático**, o qual mobiliza certos imaginários sociodiscursivos susceptíveis de produzir determinado efeito; e (iii) do **espaço da estratégia**, que representa o espaço de liberdade, a fim de que a visada patemizante não extrapole as restrições do dispositivo comunicativo. Assim, considerando essas condições, abordaremos, a seguir, o contexto situacional no qual surge a nota de retratação pública aqui analisada.

CONTEXTO SITUACIONAL DA NOTA DE RETRATAÇÃO PÚBLICA

Lara e Limberti (2015), na obra **Discurso e (des)igualdade social**, afirmam que a história é, em geral, contada do ponto de vista do dominador e que a do dominado é abafada, silenciada, mas que seu eco permanece nos vãos, nas fissuras do sistema, esperando a oportunidade de ser ouvida.

Sendo assim, a mídia foi a fissura do sistema que fez surgir o *corpus* a ser analisado, visto que a repercussão midiática do vídeo em que um desembargador de São Paulo humilha um guarda municipal foi crucial para coagir essa figura pública denunciada a emitir uma nota de retratação pública, a fim de justificar seu erro, elaborar seu *ethos* e comover, por meio da

patemização, a opinião pública, tendo como intencionalidade a retomada do lugar de prestígio da sua imagem.

Vejamos, a seguir, a transcrição de parte do episódio que gerou repercussão midiática e que culminou na nota de retratação:

FIGURA 1 - Episódio que um desembargador humilha um guarda municipal

Guarda Municipal: O senhor poderia colocar a máscara, por favor?
Desembargador: Eu tenho por hábito... eu não uso.
Além de se negar a usar a máscara, ele ameaça jogar a multa no rosto do guarda municipal. Chega a telefonar para o secretário de Segurança de Santos.
"Eu estou aqui com um analfabeto, um PM seu aqui, um rapaz. Eu falei... Eu vou ligar para ele porque eu estou andando, só estou eu na faixa de praia que eu estou... Ele está me fazendo uma multa e ele diz... Olha, eu expliquei de novo, eles não conseguem entender", diz ele no telefonema.
E em seguida, ele humilha mais uma vez o guarda.
Desembargador: O senhor sabe ler?
Guarda Municipal: Sei...
Desembargador: **Então leia bem com quem o senhor está se metendo.**

Fonte:https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/07/23/desembargador-investigado-por-desrespeitar-e-humilhar-guarda-municipal-muda-o-discurso.ghtml. Acesso em: 15 abril de 2024.

O episódio ocorreu na orla de uma praia em Santos-SP, em julho de 2020. Na ocasião, por ser um período de pandemia da COVID-19, havia uma determinação municipal para que todas as pessoas flagradas andando sem máscara de proteção fossem multadas. A fiscalização e a aplicação de multa eram realizadas pela guarda municipal. No entanto, Eduardo Almeida Prado Rocha de Siqueira, o desembargador que foi flagrado infringindo a determinação municipal, não aceitou a abordagem e a aplicação da multa, bem como ofendeu o guarda que o multava. O vídeo da abordagem foi gravado por um outro guarda municipal que estava presente.

O episódio ficou famoso após ser reportado pelos principais jornais brasileiros[4]. Em uma leitura a partir de Bourdieu (1997), é possível entender que o interesse do caso pela

[4] Para o acesso a notícias e/ou reportagens acerca desse evento, sugere-se consultar: https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2020-08/cnj-afasta-desembargador-que-humilhou-guarda-em-santos. Acesso em: 15 de abril 2024.
https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2020/07/19/desembargador-que-humilhou-guarda-em-sp-por-conta-de-mascara-ja-havia-ameacado-inspetor-video.ghtml. Acesso em: 15 de abril 2024.
https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/07/19/interna-brasil,873524/sete-pontos-para-entender-a-historia-do-desembargador-que-humilhou-gua.shtml. Acesso em: 15 de abril 2024.
http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/cnj-afasta-desembargador-que-humilhou-guarda-em-santos/488221. Acesso em: 15 de abril. 2024.

mídia foi uma forma de reforçar a estrutura de reprodução de classe dentro do campo social, ou seja, a sua escolha revela, de forma velada, que a classe social dominante deve manter uma postura aceitável socialmente, devendo ser denunciado aquilo que não a contemple, visto que

> um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças - há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço - que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias (Bourdieu, 1997, p. 57).

A mídia, nesse caso, serviu de instrumento social de representação das lutas de classe e, ao mesmo tempo, assumiu uma determinada postura diante do fato relatado. Ao eleger a notícia em questão como digna de ser transmitida à sociedade, revelou sua posição de reprovação do conflito entre classes sociais, com vistas a sua transformação ou a sua conservação (Bourdieu, 1997). Além disso, o caráter mercadológico da notícia acaba por ser uma questão relevante para a sua escolha pela mídia, uma vez que

> assim como o campo político e o campo econômico, e muito mais que o campo científico, artístico ou literário ou mesmo jurídico, o campo jornalístico está permanentemente sujeito à prova dos vereditos do mercado, através da sanção, direta, da clientela ou, indireta, do índice de audiência (ainda que a ajuda do Estado possa assegurar certa independência com relação às pressões imediatas do mercado). E os jornalistas são sem dúvida tanto mais propensos a adotar o "critério do índice de audiência" na produção ("fazer simples", "fazer curto" etc.) ou na avaliação dos produtos e mesmo dos produtores ("passa bem na televisão", "vende bem" etc.) (Bourdieu, 1997, p. 106).

Dessa forma, podemos compreender os possíveis motivos do interesse da mídia pela notícia que culminou no gênero aqui analisado, cabendo, a seguir, apresentar sua análise.

ANÁLISE DOS DADOS

No episódio em análise, o desembargador denunciado emite uma nota de retratação pública para justificar seu erro. Na ocasião, o sujeito comunicante, que é Eduardo Siqueira, funde a sua identidade social de desembargador à identidade discursiva em um enunciador que melhor atenda a sua visada discursiva: demonstrar-se arrependido para, então, recuperar seu prestígio enquanto pessoa pública.

Vejamos a seguir a íntegra da nota de retratação.

https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/08/cnj-decide-afastar-desembargador-que-respondera-a-processo-disciplinar-por-humilhar-guarda-em-sp.shtml. Acesso em: 15 de abril 2024.

FIGURA 2- Nota de retratação pública

"Nos últimos dias, vídeos de incidentes ocorridos entre mim e guardas municipais de Santos têm motivado intenso debate na mídia e nas redes sociais, com repercussão nacional. Realmente, no último sábado (18/07) me exaltei, desmedidamente, com o guarda municipal CÍCERO HILÁRIO, razão pela qual venho a público lhe pedir desculpas. Minha atitude teve como pano de fundo uma profunda indignação com a série de confusões normativas que têm surgido durante a pandemia - como a edição de decretos municipais que contrariam a legislação federal - e às inúmeras abordagens ilegais e agressivas que recebi antes, que sem dúvida exaltam os ânimos. Nada disso, porém, justifica os excessos ocorridos, dos quais me arrependo. O guarda municipal CÍCERO HILÁRIO só estava cumprindo ordens e, na abordagem, atuou de maneira irrepreensível. Estendo as desculpas a sua família e a todas as pessoas que se sentiram ofendidas."

Fonte: https://vejasp.abril.com.br/cidades/desembargador-desculpas-guarda/. Acesso em: 15 de abril. 2024.

Na nota de retratação, o sujeito comunicante busca (re)construir, em seu discurso, um *ethos* de credibilidade. A condição de sinceridade, postulada por Charaudeau (2015b), materializa-se por meio do uso da primeira pessoa como em "me exaltei", "venho" e "me arrependo". O enunciador, ao assumir ter errado, dá ao seu discurso o tom de verdade, apresenta-se como uma pessoa transparente, que não tem nada a esconder, visto que seu pedido de desculpas ocorre "publicamente", como enfatiza.

No entanto, a condição de performance e eficácia não é atendida, pois o sujeito comunicante não se compromete com a sociedade de forma geral, sequer alega que mudará sua postura ou repensará suas ações[5], como o esperado de uma nota de retratação. Assim, o sujeito comunicante pede desculpas por ter desrespeitado e humilhado o guarda municipal, mas, em momento algum, compromete-se a, dali por diante, a cumprir as determinações quanto à obrigatoriedade do uso de máscaras e, dessa forma, evitar outros confrontos com os agentes da lei.

Ainda na elaboração do *ethos* de credibilidade, o sujeito comunicante constrói, no papel de enunciador, um *ethos* de sério, por meio do uso de tom firme, da escolha de palavras e de construções simples e de uma elocução continuamente serena. Já o *ethos* de virtude se revela na sinceridade, marcada pela capacidade de reconhecer a validade do julgamento do

[5] Para o acesso a notícias e/ou reportagens acerca desse fato, sugere-se consultar: "Desembargador volta a sair sem máscara e ironiza guardas: 'Poluem a praia'" (Fonte: https://oglobo.globo.com/sociedade/desembargador-volta-sair-sem-mascara-ironiza-guardas-poluem-praia-24570595). Acesso em: 15 de abril. 2024.

outro e mesmo dos seus próprios erros, como em “Nada disso, porém, justifica os excessos ocorridos, dos quais me arrependo”.

Assim, no que tange aos *ethé* de credibilidade, percebe-se certa fragilidade nas suas elaborações. Isso ocorre por ser tratar de uma retratação, ou seja, um gênero em que o enunciador precisa preocupar-se mais com sua identificação com o interlocutor, que necessariamente com a construção da ideia de que o discurso é crível.

Em contrapartida, como forma de sustentar a credibilidade do seu discurso diante de uma falha cometida, o sujeito comunicante, o desembargador, recorre ao que Charaudeau (2015b) denomina de discurso de justificação, por meio da justificativa de não intencionalidade, arguindo, sobretudo, as circunstâncias em que se deu seu erro, como podemos ver em “Minha atitude teve como pano de fundo uma profunda indignação (...) abordagens ilegais e agressivas que recebi antes, que sem dúvida exaltam os ânimos”. Nessa estratégia de justificação, segundo Charaudeau (2015b), são invocadas as características próprias da situação social e política de determinada época, que fazem com que as coisas não ocorram de outro modo.

A justificativa acaba por atenuar a culpa do sujeito comunicante, bem como confere *ethos* de virtude à sua imagem, como a de alguém sincero, capaz de reconhecer seus próprios erros.

É interessante ressaltar que arrepender-se não equivale a pedir perdão ou a pedir desculpas, visto que, no primeiro ato, o sujeito enunciador se coloca altivo, sem que dependa necessariamente da resposta do interlocutor, enquanto, nos demais atos, o enunciador se coloca inferior ao interlocutor que pode ou não o perdoar ou desculpá-lo.

Assim, na nota analisada, percebe-se que o sujeito comunicante não se coloca em uma posição de inferioridade, de quem pede perdão, em relação ao seu interlocutor, como se espera em discursos de retratação, pelo contrário, ao alegar-se arrependido, mostra-se capaz de atitude nobre.

Na elaboração dos *ethé* de identificação no gênero analisado, o *ethos* de potência torna-se presente a partir dos termos “profunda indignação com a série de confusões normativas” e “sem dúvida exaltam os ânimos”, visto que apresenta o enunciador de forma ativa, como se estivesse determinado a agir. O *ethos* de caráter está presente em vários momentos da nota de retratação, pois, como um todo, a partir dela, o sujeito comunicante simula tranquilidade, controle de si, bem como coragem para assumir a falha, orgulho para não se inferiorizar além do necessário, firmeza e moderação.

O *ethos* de inteligência é demonstrado no segundo parágrafo a partir do uso dos termos específicos do ofício exercido pelo sujeito comunicante como "confusões normativas", "edição de decretos municipais", "legislação federal" e "abordagens ilegais", uma vez que são termos que reforçam a identidade social de desembargador, que é exercida pelo enunciador, assim como também suscita os imaginários sociodiscursivos que cingem os processos de formação para o alcance desse ofício.

O *ethos* de humanidade é o "carro-chefe" do contrato discursivo aqui analisado; ele está ligado à figura da confissão, da fraqueza e da intimidade do sujeito comunicante, como em "me exaltei" e "me arrependo". A modalização elocutiva[6] presente em vários momentos do texto auxilia, também, na construção desse *ethos*.

No *corpus* analisado não se verifica o *ethos* de chefe, no entanto, o *ethos* de solidariedade manifesta-se na medida que o sujeito comunicante revela preocupar-se com o que o outro sente, sendo o contrato comunicativo escolhido acertado para atenuar a indignação dos interlocutores.

Vale destacar que o gênero analisado foi produzido de forma "espontânea", já que é comum surgirem notas de retratação impostas por ordem judicial como, por exemplo, a nota de retratação do até então deputado federal Jair Bolsonaro[7] por ter ofendido a parlamentar Maria do Rosário. Sabemos, no entanto, que provavelmente houve uma coerção social para que o desembargador emitisse a retratação analisada, mas, ainda assim, podemos afirmar que ele a fez de forma espontânea, já que havia a possibilidade de não a fazer.

Quanto ao uso das estratégias de patemização, as palavras que descrevem de maneira transparente emoções como em "me exaltei" e "me arrependo" buscam incitar o auditório a aderir o discurso do sujeito enunciador, visto que o faz parecer sincero, considerando também que se trata de um discurso advindo de uma autoridade, que não precisaria se importar, necessariamente, com o outro.

Além disso, o termo "indignação" utilizado pelo enunciador provoca o sujeito destinatário a identificar-se com ele, visto que a indignação revelada se refere às "confusões normativas" ocorridas na pandemia, momento em que não deveria haver erros, já que se tratava de questões de ordem maior: saúde pública.

[6] Na modalidade elocutiva, o locutor revela o seu ponto de vista sobre aquilo que enuncia, apresentando sob diversas formas seu modo de saber, sua avaliação, sua motivação, seu engajamento e sua decisão, por meio de pronomes pessoais: eu, nós, nome próprio ou comum que identificam o locutor (Charaudeau, 2014, p .83).

[7] Disponível em https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/13/por-ordem-judicial-bolsonaro-se-desculpa-por-dizer-que-deputada-nao-merecia-ser-estuprada.ghtml. Acesso em: 09 fev. 2021.

As palavras que não descrevem as emoções, mas são tidas como boas candidatas ao seu desencadeamento estão em "venho a público", que demonstra coragem do sujeito enunciador; "pedir desculpas", recupera o imaginário da humildade advindo de um sujeito que possui posição de privilégio na sociedade, o que faz com que seu discurso seja aderido. A palavra "pandemia", como já salientado, também desperta no destinatário todo um universo de informações que pode fazer seu auditório entender a falha do enunciador, aderindo, assim, a sua retratação.

Os enunciados que não comportam palavras patemizantes, mas são susceptíveis de produzir efeitos patêmicos podem ser encontrados em "Nada disso, porém, justifica os excessos ocorridos, dos quais me arrependo", pois impulsionam o auditório a sentir que o enunciador verdadeiramente sente-se arrependido. O mesmo ocorre em "Estendo as desculpas a sua família e a todas as pessoas que se sentiram ofendidas".

É importante destacar que, ao invés de "um analfabeto, um PM (..), um rapaz", na carta de retratação, o sujeito comunicante dá nome ao guarda municipal, retratando-o como "O guarda municipal CÍCERO HILÁRIO", em caixa alta, mostrando para o auditório o quanto mudou de postura diante do funcionário que o multou, reforçando, assim, a ideia de retratação do sujeito comunicante para com o ofendido. Nesse mesmo sentido, o sujeito comunicante, revestido de enunciador, reforça o quanto reconhece seu erro ao opor-se à atuação do guarda em "só estava cumprindo ordens" e "na abordagem, atuou de maneira irrepreensível".

A nota de retratação analisada, trata-se, no entanto, de uma estratégia discursiva de reconstrução da imagem do desembargador, que a fez como forma de justificar seu erro à esfera pública, visto que ocupa papel de poder dentro da sociedade atual, o que torna de crucial importância a manutenção de uma boa reputação.

Assim, é visível que a nota de retratação analisada pouco tem a ver com o pedido de desculpas, mas com garantir a manutenção de lugar de privilégio do desembargador, que ocupa papel de dominador na esfera social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos dados apresentados foi possível, portanto, mostrar que o sujeito comunicante da nota de retratação elabora seu *ethos* a fim de alcançar êxito em sua encenação discursiva, o que o faz plausivelmente por meio do *ethé* de credibilidade, ao buscar mostrar-se digno de confiabilidade, e, sobretudo, por meio do *ethé* de humanidade, quando recorre à

demonstração de fraqueza para tentar alcançar a identificação do seu auditório. Além disso, o discurso de justificação, por meio da alegação de não intencionalidade, é mobilizado como argumento atenuador do erro do sujeito comunicante, com vistas a fazê-lo recuperar a validação da sua imagem perante à sociedade.

Igualmente, o sujeito comunicante recorre às estratégias patêmicas para fazer seus interlocutores, por meio da emoção, aderirem a seu discurso, com vistas a servir ao seu propósito: demonstrá-lo arrependido para a opinião pública.

No entanto, apesar de o foco da análise tenha se voltado para o dominador por meio da elaboração do seu *ethos* e da mobilização das estratégias de patemização, de certa forma, a voz do guarda municipal pôde ser ouvida, mesmo que para garantir a manutenção das classes sociais, visto que a nota de retratação a ofusca, dando novamente ao dominador seu lugar de protagonismo.

Assim, embora não vivamos em um sistema político-administrativo de realeza, infelizmente, no texto aqui analisado, é possível verificar que ainda existe a figura do "amigo do rei", como no poema "Vou-me embora pra Pasárgada", no entanto, com a roupagem atualizada, como na imagem do desembargador, que. mesmo após falhar, mantém-se altivo, até mesmo em sua nota de retratação, garantindo, assim, seu lugar de prestígio na sociedade.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso***:* a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2014.

BANDEIRA, Manuel. **Libertinagem** – Estrela da manhã. Madri; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Lima, Guatemala, San José; Santiago do Chile: ALLCA XX, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Tradução: Maria Lucia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CHARAUDEAU, Patrick. **O discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2015a.

CHARAUDEAU, Patrick. **O discurso político**. São Paulo: Contexto, 2015b.

CHARAUDEAU, Patrick**. Linguagem e discurso***:* modos de organização. São Paulo: Contexto, 2014.

CHARAUDEAU, Patrick. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MENDES, Emília; MACHADO, Ida Lúcia. (Orgs.) **As emoções no discurso**. Vol. 2. Mercado Letras, Campinas (SP), 2010.

CHARAUDEAU, Patrick. Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional. In: PIETROLUONGO, M. (Org.). **O trabalho da tradução**. Rio de Janeiro: Contracapa, p. 309-326, 2009.
Disponível em http://www.patrick-charaudeau.com/Identidade-social-e-identidade.html Acesso em 04 out. 2020.

CHARAUDEAU, Patrick. Pathos e discurso político. In: MACHADO, Ida Lúcia; MENEZES, William; MENDES, Emília. (Orgs.) **As emoções no discurso**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

COIMBRA, Ana Valéria. Vou-me embora pra Pasárgada: intertextualidades. **Revista Vozes dos Vales da UFVJM**: Publicações Acadêmicas, Minas Gerais, n. 02, Ano I, 10/2012. Reg.: 120.2.095-2011 – PROEXC/UFVJM – ISSN: 2238-6424.

DAMATTA, Roberto. Sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil. In.: **Carnavais, Malandros e Heróis***:* para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990.

LARA, Gláucia Proença; LIMBERTI, Rita Pacheco (Orgs). **Discurso e (des)igualdade social**. São Paulo: Contexto, 2015.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. Trad. De Sírio Possenti. 1. ed., São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

SOBRE OS AUTORES

Douglas do Carmo Araújo
Doutorando em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (UFF), bacharel em Direito pela UFRJ (2018), mestre em Estudos da Linguagem (2017) e especialista em Língua Portuguesa (2015) pela Universidade Federal Fluminense (UFF), licenciado em Letras: Português/Literaturas pela Faculdade de Formação de Professores da UERJ (2012). Durante o curso de mestrado foi bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ. Recebeu pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro o VI Prêmio de Graduação Fernando Scarbi Lima pelo 1 lugar em Projeto de Final de Curso (2013). Na graduação em Letras foi bolsista, na qualidade de assistente editorial, das Revistas Soletras e Pensares em Revista. Atualmente é professor de Língua Portuguesa da SME de Maricá e no Colégio Pedro II - Unidade de Engenho Novo - e Redação do Colégio Angelorum. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa. Seus principais interesses de pesquisa incidem sobre a Argumentação, Retórica, Análise Semiolinguística do Discurso, Linguística Forense, Linguística de Texto, Semântica, Pragmática, Texto e Ensino, Leitura, Interpretação e Escrita.
E-mail: douglasaraujo_20@hotmail.com

Ilana da Silva Rebello
Graduada em Letras (2002- UFF), mestre (2005-UFF) e doutora (2009-UFF) em Língua Portuguesa pela Universidade Federal Fluminense. Realizou seu pós-doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da UFRJ, na Linha de Pesquisa Estudos de Semântica e Análise do Discurso (2022). Já atuou como professora de Língua Portuguesa na

Prefeitura de São Gonçalo, na Prefeitura de Niterói, na Secretaria Estadual de Educação e na Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC). Atualmente é professora Associada 40h DE, de Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade Federal Fluminense. Esteve como coordenadora do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Língua Portuguesa UFF (Quadriênio 2/2019-1/2023). Está como Chefe do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas (Biênio 2024-2026). Está vinculada como professora permanente à linha de pesquisa Teorias do texto, do Discurso e da Tradução do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal Fluminense, onde atua como docente e orientadora no mestrado e doutorado. Atua também no curso de especialização em Língua Portuguesa. Está como uma das coordenadoras dos Projetos de Extensão: PID - Projeto de Iniciação à Docência -Subprojeto: Semiolinguística e ensino: a sala de leitura como espaço de fruição e A Semiolinguística aplicada ao Ensino de Língua Materna. É membro do grupo de pesquisa em Semiolinguística - Leitura, fruição e ensino (GPS - LeiFEn/UFF/CNPq), do Círculo Interdisciplinar de Análise do Discurso (Ciad-Rio) e do Grupo de Trabalho de Linguística de Texto e Análise da Conversação da Anpoll. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa, atuando principalmente nos seguintes temas: Semiolinguística, mídia, leitura, compreensão e escrita.
E-mail: ilanarebello@id.uff.br

Artigo recebido em 16/04/2024.
Artigo aceito em 30/07/2024.